



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

**FORÇA AÉREA**

**COMANDO AÉREO**

**BASE AÉREA N.º 6**

**CONCURSO PÚBLICO**

**N.º 01/BA6/25**

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA DA BASE AÉREA N.º 6  
PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE  
AGOSTO DE 2025 ATÉ 31 DE MARÇO 2026**

## **SECÇÃO I**

### **Disposições gerais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto do concurso**

O presente procedimento, com o número CP 01/BA6/25, tem por objeto a aquisição de **SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA DA BASE AÉREA N.º 6 PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE AGOSTO DE 2025 ATÉ 31 DE MARÇO 2026**, incluído no Código CPV 90910000-9 (Serviços de Limpeza), nas áreas previstas e de acordo com as demais disposições constantes do Caderno de Encargos.

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública contratante**

1. A entidade pública contratante é o Ministério da Defesa Nacional – Força Aérea – Comando Aéreo – Base Aérea n.º 6, sito na Rua da Base Aérea n.º 6, 2870-064 Montijo, NIF 600 010 686, Tel. 212328574; Fax 212306175; E-mail: [ba6.aquis.adj@emfa.gov.pt](mailto:ba6.aquis.adj@emfa.gov.pt). Horas normais de expediente: dias úteis, das 09H00 às 17H00.
2. A decisão de contratar é tomada pelo Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

#### **Artigo 3.º**

##### **Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as entidades, nacionais ou estrangeiras, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Pública Contratante, pela manutenção da proposta.

#### **Artigo 4.º**

##### **Preço base**

O preço base do presente procedimento é de **211.083,52 € (duzentos e onze mil, oitenta e três euros e cinquenta e dois cêntimos)**, a que acresce IVA à taxa legal em vigor.

#### **Artigo 5.º**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade monofator, considerando-se mais vantajosa a proposta que apresente **o mais baixo preço**, que apresente o menor preço total para os serviços de limpeza descritos, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2. Em caso de igualdade de preço total entre as propostas, ter-se-á em conta os seguintes critérios pela ordem indicada:

a) 1.º critério de desempate: O desempate terá por referência a proposta que apresente o preço mais baixo para a tipologia **Limpeza Programada Regular – Serviço Normal – Dias Úteis - Diurno**;

b) 2.º critério de desempate: Se ainda assim se mantiver o empate após a aplicação do 1.º critério de desempate, haverá lugar à realização de um sorteio para ordenação das propostas, a ter lugar mediante notificação endereçada aos concorrentes pelo júri, com a antecedência mínima de 24 horas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante. O sorteio será realizado pelo Júri no local e à hora indicados na notificação, podendo a ele assistir, se assim o entenderem, os representantes legais dos concorrentes, devidamente mandatados para esse efeito nos termos legais, sendo no final lavrada a respetiva ata.

## SECÇÃO II

### Propostas

#### Artigo 6.º

##### Apresentação de propostas

1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 23h00m00s (vinte e três horas) do 30.º (trigésimo) dia, a contar da data do envio para publicação do anúncio relativo ao presente procedimento.
2. Os documentos que constituem a proposta deverão ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, disponível em <http://www.acingov.pt>, e assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Os concorrentes deverão ter em atenção o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como da respetiva assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que apenas serão admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até ao termo do prazo referido no n.º 1 do presente artigo.

#### Artigo 7.º

##### Esclarecimentos e Erros e Omissões

1. Até às 17h00m00s (dezassete horas) do último dia do primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior, os interessados podem solicitar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados e que digam respeito a:
  - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;

- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
- 2. Os pedidos de esclarecimentos e a lista relativa a erros e omissões devem ser solicitados e apresentada, por escrito através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, disponível em <http://www.acingov.pt>.
- 3. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
- 4. Ainda no prazo referido no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites. Devem ser identificados os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
- 5. Os esclarecimentos, as retificações e a lista com identificação de erros e omissões serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante <http://www.acingov.pt> e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, passando a fazer parte integrante delas e a prevalecer sobre estas em caso de dúvida.
- 6. Todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento serão imediatamente notificados dos esclarecimentos prestados, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, disponível em <http://www.acingov.pt>.

## **Artigo 8.º**

### **Proposta**

- 1. A proposta do concorrente é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) do concorrente;
  - b) Documento elaborado, preferencialmente em conformidade com a minuta da proposta constante do Anexo III ao presente programa, contendo os preços unitários constantes do Anexo III e preço total dos serviços a prestar. Os valores unitários devem incluir todos os custos

diretos e indiretos associados à prestação do serviço, de forma a garantir que o valor de horas solicitado multiplicado pelo valor unitário proposto estão em concordância com o valor global apresentado.

- c) Documento que faça prova do poder de representação do assinante, e da sua qualidade/capacidade para obrigar a empresa (certidão permanente, procuração ou documento equivalente), em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

2. Os concorrentes são obrigados, sob pena de exclusão, a apresentar proposta para todas as tipologias de serviços previstas no Anexo I - Mapa de Quantidades - do Caderno de Encargos.
3. Na proposta, o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
4. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
5. Nas propostas em que a moeda usada seja diferente do Euro, o valor da proposta a considerar é o que resultar da sua conversão para Euros, na cotação em vigor à data da abertura das propostas, sendo o contrato efetuado em Euros.
6. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos.
7. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal, se aplicável.
8. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
9. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta pelo prazo de 90 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
10. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

## **Artigo 9.º**

### **Propostas variantes**

1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
2. Para efeitos do presente procedimento, proposta variante é aquela que, relativamente a um ou a mais aspetos do contrato a celebrar correspondentes a fatores ou subfactores de densificação do critério de adjudicação, apresenta alternativas em relação à proposta base, a qual é sempre obrigatória.

## **SECÇÃO III**

### **Lista de Concorrentes**

## **Artigo 10.º**

### **Lista de Concorrentes**

1. O júri, no dia útil imediato à data-limite para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, disponível em <http://www.acingov.pt>.
2. Por motivo justificado, pode a publicitação da lista de concorrentes realizar-se dentro dos 5 (cinco) dias subsequentes ao indicado no número anterior, em data a determinar pela entidade competente para a decisão de contratar.
3. A eventual alteração da data de publicitação da lista de concorrentes é imediatamente comunicada aos interessados que tenham obtido as peças do procedimento e a estas será junta cópia da decisão.
4. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista de concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista a que se refere o n.º 1, devendo, para o efeito, apresentar documento comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

**Artigo 11.º****Consulta das propostas apresentadas**

Os concorrentes incluídos na lista de concorrentes podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, disponível em <http://www.acingov.pt>.

**SECÇÃO IV****Adjudicação****Artigo 12.º****Escolha do Adjudicatário**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, a entidade competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri e de acordo com o critério indicado no artigo 5.º do presente Programa do Procedimento, escolhe o Adjudicatário.

**SECÇÃO V****Habilitação****Artigo 13.º****Documentos de Habilitação**

1. O Adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de adjudicação, deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II a este Programa de Procedimento;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
    - (1) Certificado do registo criminal para empresários em nome individual;
    - (2) Certificado de registo criminal para pessoas coletivas e para os titulares dos órgãos sociais em efetividade de funções;



- (3) Documento comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou no estado de que seja nacional ou no qual se situe estabelecimento principal;
  - (4) Documento comprovativo de situação regularizada relativamente a Impostos devidos em Portugal ou no estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c)** Credenciação de segurança da empresa, com as seguintes Marcas/Graus:
- i. NACIONAL CONFIDENCIAL ou superior;
  - ii. NATO CONFIDENTIAL ou superior.
- d)** Certidão Permanente de Registos.
- 2.** O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (<http://www.acingov.pt>).
- 3.** Quando os documentos a apresentar se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 4.** Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o Adjudicatário declare a respetiva prevalência sobre os originais.
- 5.** Caso o(s) Adjudicatário(s) revista(m) a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação identificados no presente artigo devem ser apresentados por todos e cada um dos membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
- 6.** Sempre que se detete uma irregularidade nos documentos apresentados que possa determinar a caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário será notificado para a supressão dessas irregularidades, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias.

7. Se após o decurso do prazo referido no parágrafo anterior persistir a verificação de um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

8. Ainda no prazo referido no número 1 do presente artigo deve o Adjudicatário confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, por exemplo relativamente aos subcontratados.

### **Artigo 14.º**

#### **Não apresentação dos documentos de habilitação**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação dentro do prazo e nos termos do artigo 13.º.

2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

3. A adjudicação caduca se o adjudicatário não confirmar os compromissos referidos no artigo anterior no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação, quando nos termos do artigo 92.º do Código dos Contratos Públicos ela tenha sido requerida e autorizada.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, a entidade adjudicante deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

## **Secção VI**

### **Contrato**

#### **Artigo 15.º**

##### **Aceitação da minuta do contrato**

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos.
2. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

#### **Artigo 16.º**

##### **Reclamações contra a minuta**

1. São admissíveis reclamações contra a minuta apenas quando tenham por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

#### **Artigo 17.º**

##### **Celebração de contrato escrito**

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
  - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
  - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;

- c) Confirmados os compromissos.
2. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato.
3. Se a entidade pública contratante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta, liberando-se a caução que haja sido prestada, sendo reembolsado de todas as despesas e demais encargos decorrentes da prestação da caução, sem prejuízo de direito a justa indemnização.

## **Secção VIII**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 18.º**

##### **Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

#### **Artigo 19.º**

##### **Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

Caso os interessados tenham dúvidas relativamente à utilização da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos manuais técnicos ou dos contactos disponibilizados para esse efeito em <http://www.acingov.pt>.

#### **Artigo 20.º**

##### **Atos presenciais**

Quaisquer dos atos presenciais previstos no presente programa poderão fundamentadamente e em alternativa ter lugar mediante meios de transmissão eletrónica de dados.

**ANEXO I**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos**  
**Públicos)**

**[Não aplicável caso exigido o Documento Europeu Único de Contratação Pública**  
**(DEUCP) do concorrente na alínea a) do nº 1. da cláusula 7ª do presente**  
**Programa]**

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:
  - a. ...
  - b. ...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito

---

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (¹)].

---

<sup>1</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de<sup>1</sup>... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>3</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>4</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura<sup>5</sup>].

---

<sup>1</sup>Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>3</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

<sup>4</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>5</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**ANEXO III**  
**MINUTA DA PROPOSTA**

..... (indicar nome, estado, profissão, número fiscal de contribuinte, número de cartão de empresário em nome individual e morada, ou firma, sede, capital social, número de matrícula e Conservatória do Registo Comercial em que está matriculada), com poderes para o ato, depois de ter tomado conhecimento do Concurso Público n.º 01/BA6/25, que tem por objeto **SERVIÇO DE HIGIENE E LIMPEZA DA BASE AÉREA N.º 6 PARA O PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 01 DE AGOSTO DE 2025 ATÉ 31 DE MARÇO 2026**, obriga-se a fornecer os referidos serviços em conformidade com os termos e condições previstos no programa do procedimento e no caderno de encargos, o que tudo faz pelo seguinte preço total e preços unitários:

**Preço total (sem IVA):** \_\_\_\_\_ € (\_\_\_\_\_ euros)

Ao preço total acresce o IVA, à taxa legal de \_\_%, no montante de \_\_\_\_\_ € (\_\_\_\_\_ euros)



**Mapa de Auxílio para identificação do preço total da proposta (em concordância com o previsto no Caderno de Encargos)**

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Preço unitário hora (S/IVA)</b>	<b>Nº de Horas/ Dia</b>	<b>Nº dias</b>	<b>Nº de Horas totais</b>
<b>Limpeza Programada Regular</b>				
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Trabalhador de Limpeza - Dias Úteis		105	168	17640
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Trabalhador de Limpeza - Sábados (exclui-se os feriados)		10	34	340
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Trabalhador de Limpeza - Domingos (exclui-se os feriados)		10	34	340
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Trabalhador de Limpeza - Feriados		10	7	70
Encarregado - Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Encarregada de Limpeza - Dias Úteis		7	168	1176
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal - Trabalhador de Limpeza – Base Aberta		48	1	48
<b>Total proposta sem IVA</b>				
<b>Total proposta com IVA</b>				

### Mapa de Preços Unitários (sem IVA)

Preço Hora/Serviço	Dias Úteis		Sábados		Domingos		Feriados	
	Preço Hd	Preço Hn	Preço Hd	Preço Hn	Preço Hd	Preço Hn	Preço Hd	Preço Hn
Limpeza Programada Regular - Serviço Normal								
Limpeza Programada Profunda - Serviço Normal								
Limpeza Permanente - Piquete - Serviço Normal								
Não Programada - Estores, Vidros interiores e exteriores - Serviço Normal								
Encarregado - Limpeza Programada Regular - Serviço Normal								
Encarregado - Limpeza Programada Profunda - Serviço Normal								
Encarregado - Limpeza Não Programada - Serviço Normal								
Limpeza Programada Regular - Serviço Extra								
Limpeza Programada Profunda - Serviço Extra								
Limpeza Permanente - Piquete - Serviço Extra								
Supervisor - Limpeza Programada Regular - Serviço Normal								

### Horas de Mudança de Horário

	Dia	Noite
Horas de Mudança de Turno	06:00:00	21:00:00